



»Entrevista | VALDEMAR COSTA NETO PRESIDENTE NACIONAL DO PL

“Não tenho preocupação com o Alfredo Gaspar”

O dirigente diz não temer investigação sobre o vice de Flávio Bolsonaro na disputa pela Presidência e confirma apoio do partido à candidatura do deputado

» DANANDRA ROCHA

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou ao **Correio** que não tem “nenhuma preocupação” com a permanência de Alfredo Gaspar (PL-AL) como candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro, apesar da investigação preliminar em análise no Supremo Tribunal Federal e na Procuradoria-Geral da República. Na entrevista, o dirigente reiterou confiança na inocência do deputado e revelou que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro teria sido uma “excelente vice”, mas optou por disputar uma vaga no Senado Federal.

Em relação à escolha de Alfredo Gaspar como vice de Flávio Bolsonaro, o senhor acredita que foi uma escolha consciente ou ocorreu de última hora, como sugerem os bastidores? O senhor mencionou que a decisão foi tomada há seis meses, mas, naquela época, nem se sabia se o candidato seria o próprio Flávio.

No momento em que a candidatura do Flávio foi lançada, eu e o Rogério Marinho já havíamos pensado nessa possibilidade, mas não avançamos de imediato. Nossa principal estratégia de campanha contra o PT será expor o que fizeram contra os aposentados no Brasil. Quando o programa eleitoral começar na TV, apresentaremos Alfredo Gaspar, que foi o relator na CPI e pediu medidas que acabamos perdendo por falta de maioria. Mostraremos quem votou contra e quem votou a favor dos aposentados, pois esse é o fato que mais atingiu o governo petista. O Rogério Marinho foi muito inteligente nessa articulação.

Então, foi o próprio Rogério Marinho quem decidiu essa indicação?

A decisão final é minha, pois sou o presidente e comando o diretório do partido. No entanto, a ideia partiu do Rogério Marinho, que foi brilhante. Quando ele me apresentou a proposta, percebi que esse seria o nosso tema central contra o PT. Muitos aposentados ainda votam no Lula por falta de acesso à informação e à internet, mas, ao assistirem ao programa eleitoral, verão o que consideramos o maior crime da história do país.

Se Alfredo Gaspar já havia sido escolhido há seis meses, por que continuaram insistindo no nome de Tereza Cristina?

O nome da Tereza Cristina é excelente para qualquer chapa, inclusive como candidata à Presidência, pela competência e unanimidade. Como não houve uma composição direta com o PT (como adversário), precisávamos manter opções. Ela conquistou as pessoas pelo seu trabalho e é uma figura maravilhosa na política.

O PL buscava uma vice feminina para ampliar o diálogo com o eleitorado feminino. O fato de a chapa ser formada apenas por integrantes do próprio partido representa um fracasso estratégico, considerando a resistência de Flávio com esse eleitorado?

A Michelle Bolsonaro terá um papel fundamental na campanha. Ela está se organizando para ser candidata ao Senado e estruturou o PL Mulher em todo o país. Inicialmente, nós queríamos a Michelle, mas houve um problema inicial entre os dois que já foi superado. Agora, ela optou pela candidatura ao Senado. Michelle seria uma vice maravilhosa! Além disso, embora o

Beto Barata/ PL



Nossa principal estratégia de campanha contra o PT será expor o que fizeram contra os aposentados no Brasil. Quando o programa eleitoral começar na TV, apresentaremos Alfredo Gaspar, que foi o relator na CPI e pediu medidas que acabamos perdendo por falta de maioria. Mostraremos quem votou contra e quem votou a favor dos aposentados, pois esse é o fato que mais atingiu o governo petista”

A Michelle Bolsonaro terá um papel fundamental na campanha. Ela está se organizando para ser candidata ao Senado e estruturou o PL Mulher em todo o país”

Cerca de 80% a 90% dos integrantes desses partidos vão apoiar o Flávio (no 2º turno), pois não desejam o retorno do PT. Respeitamos a decisão institucional deles, que são nossos antigos parceiros, e seguiremos em frente”

PP e o Republicanos não tenham integrado formalmente a chapa, Tereza Cristina e Damares Alves estarão à frente da campanha.

A escolha de Alfredo Gaspar ocorre em um momento em que há uma notícia-crime contra ele em análise no STF e na PGR. O PL discutiu os impactos dessa investigação ou cogitou um plano alternativo caso ela avance?

Não há preocupação. Quando esse assunto surgiu na CPI, após ele pedir a prisão do filho de Lula, nós pesquisamos e verificamos que ele já realizou o exame de DNA. As provas foram enviadas ao Supremo e não há risco

algum; ele é um homem de bem.

Por que o senhor acredita que esse assunto ressurgiu agora?

A base governista busca atacar o Flávio e o nosso vice. Como pretendemos focar nos escândalos que envolveram os aposentados, eles tentam encontrar defeitos em nós. O líder do PT, Lindbergh Farias, foi irresponsável em suas declarações na CPI e terá que se retratar, pois as acusações não são verdadeiras. O DNA já foi realizado e está no Supremo.

O senhor acredita que a dificuldade em atrair aliados como o Republicanos e o PP pode afetar a competitividade

de Flávio Bolsonaro em um eventual segundo turno?

Acredito que não. Cerca de 80% a 90% dos integrantes desses partidos vão apoiar o Flávio, pois não desejam o retorno do PT. Respeitamos a decisão institucional deles, que são nossos antigos parceiros, e seguiremos em frente.

Caso a Procuradoria-Geral da República peça a abertura de um inquérito contra Alfredo Gaspar durante a campanha, qual será o critério do PL para decidir a permanência? E quanto às acusações sobre emendas?

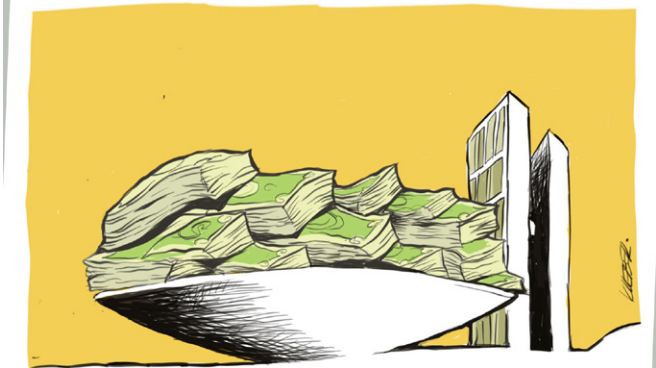
Ele permanecerá candidato. A PGR terá acesso às provas, como o DNA, que esclarecem os fatos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Emendas parlamentares transformaram o Congresso em casa de negócios

O crescimento vertiginoso das emendas parlamentares impositivas produziu uma mudança estrutural nas relações entre o Executivo e o Legislativo e, sobretudo, nas próprias disputas eleitorais. Concebidas originalmente para permitir que deputados e senadores atendessem demandas legítimas de estados e municípios, com essas emendas o Congresso abocanhou parcelas crescentes do orçamento de investimentos.

As emendas passaram a movimentar dezenas de bilhões de reais sem a correspondente comprovação da correta execução financeira, da conclusão das obras e dos resultados efetivamente entregues à população. Esse descompasso fortalece os parlamentares com mandato, blindando o Congresso de renovação e converte o Orçamento da União em instrumento de reprodução do poder político.

A fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as transferências especiais, conhecidas como “emendas Pix”, examinou 100 repasses realizados entre 2020 e 2024, destinados a 73 municípios e aos estados do Pará e de São Paulo, num total de R\$ 198 milhões. Foram encontradas irregularidades em 82% das transferências e em 82,4% dos beneficiários, com prejuízo potencial estimado em R\$ 49 milhões, equivalente a 25% do valor fiscalizado. Há movimentação de dinheiro em contas não específicas, ausência de notas fiscais idôneas, pagamentos estranhos aos planos apresentados, obras inacabadas, superfaturamento, licitações simuladas e contratação de empresas declaradas inidôneas.

Muitas vezes não se consegue reconstituir o caminho percorrido pelo dinheiro público, identificar o responsável político pela destinação ou comprovar o benefício gerado. Diante desse quadro, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou à Polícia Federal a abertura de inquérito para investigar indícios de crimes na execução das emendas. O problema é agravado pelas emendas de comissão e pelas chamadas emendas de liderança, sucedâneas do orçamento secreto declarado inconstitucional pelo STF.

Em 2025, a Câmara executou cerca de R\$ 1,3 bilhão em indicações registradas apenas em nome de líderes partidários, sem revelar qual parlamentar escolheu cada uma das 1.341 emendas desse tipo. Em muitos casos, nem sequer foi possível identificar os beneficiários finais ou os municípios onde o dinheiro seria aplicado. Neste ano, a farra continuou.

Não se trata apenas de um problema administrativo ou penal. Há uma distorção profunda na competição eleitoral. Um deputado que dispõe de R\$ 60 a R\$100 milhões para pavimentar ruas, comprar máquinas, financiar serviços de saúde e atender prefeituras entra na campanha em posição incomparavelmente superior à de qualquer concorrente sem mandato.

Fora do jogo

Forma-se um círculo de autoproteção, há uma recidiva do patrimonialismo. O parlamentar destina recursos aos municípios; prefeitos, vereadores, fornecedores e lideranças locais passam a depender de sua intermediação; essa rede mobiliza votos para reeleger-lo; e o novo mandato lhe assegura acesso a uma quantidade ainda maior de emendas.

A disputa deixa de ser entre ideias, programas e trajetórias para se transformar numa luta desigual pelo controle de verbas públicas, o que explica o pacto perverso do colégio de líderes, cujos nomes a maioria desconhece, para votações relâmpago após reuniões sigilosas, sem debate em plenário. Quadros experientes e programáticos são agora o “baixo cleto” da política nacional. Não se pode atribuir toda essa situação exclusivamente às emendas, mas é inegável que o modelo seleciona seus participantes.

Rubens Bueno, Paulo Delgado, Miro Teixeira, Heráclito Fortes, José Carlos Aleluia, Benito Gama, Marcos Pestana e José Eduardo Cardoso, por exemplo, se afastaram das disputas eleitorais ou perderam espaço num ambiente em que reputação, experiência e formulação já não superavam a “disparidade de armas”. Uma exceção simbólica é Cristovam Buarque, que decidiu voltar às urnas como candidato a deputado federal pelo Distrito Federal, aos 82 anos, apostando numa campanha baseada em educação, ideias e trajetória pública ilibada.

Quem controla diretórios partidários, fundos eleitorais, cargos públicos e transferências orçamentárias acumula uma vantagem quase intransponível. Quem depende apenas de opinião, militância e reconhecimento público enfrenta enormes dificuldades. A renovação é exceção, ocorre mais em razão de “influenciadores”, reprodução de oligarquias políticas, grupos econômicos, corporações e igrejas capazes de construir estruturas próprias.

Max Weber, em *A política como vocação*, distinguia os que vivem “para” a política e aqueles que vivem “da” política. A profissionalização permite que pessoas sem patrimônio também exerçam funções públicas, porém, a degeneração começa quando o mandato e o controle dos recursos deixam de ser um projeto coletivo e se tornam instrumento de enriquecimento pessoal. O Congresso, então, deixa de ser a casa do “bem comum” para se transformar no centro da política como grandes negócios.